



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011537-05.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Maria Madalena Guidelli Camfella**, brasileira, casada, filha de André Guidelli e Amélia Troisi Guidelli, RG 21.311.244, CPF 098.909.198-85, com endereço na Rua Silvério Ignarra Sobrinho, nº 458, Vila Monteiro, CEP 13560-294, São Carlos-SP; **e outros.**  
 Requerido: **AMÉLIA TROISI GUIDELLI**, brasileira, viúva, filha de Pelegrino Troisi e Assumpia Antonolli, RG, CPF, falecida em 13 de agosto de 2015.  
**JUSTIÇA GRATUITA**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de pedido de **ALVARÁ JUDICIAL** feito por Maria Madalena Guidelli Camfella para levantamento de valores remanescentes de benefícios (INSS), em razão do falecimento de Amélia Troisi Guidelli, sua mãe.

Juntou documentos (fls. 03/17).

**É o relatório.**

**Fundamento e DECIDO.**

Diante das declarações de fls. 07,08,09 e 10, concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita aos requerentes. **Anote-se.**

O chamado *alvará independente*, assim entendido aquele que dispensa, para ser expedido, de processo de inventário ou de arrolamento em curso, somente tem cabimento para o pagamento dos valores previstos na Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, nos exatos termos do art. 1.037 do Código de Processo Civil.

Esses valores estão discriminados no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981, que regulamentou a Lei nº 6.858/80, e são os seguintes: a) *quantias devidas a qualquer título pelos empregadores a seus empregados, em decorrência de relação de emprego*; b) *quaisquer valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios e suas autarquias, aos respectivos servidores*; c) *saldos das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS/PASEP*; d) *restituições relativas ao imposto de renda e demais tributos recolhidos por pessoas físicas*; e e) *saldos de contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimento, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário.*

Como se vê, a pretensão dos requerentes está amparada na Lei nº 6.858/80 e no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 85.845/81.

É o caso de procedência do pedido.

Foi comprovado o parentesco, os demais herdeiros anuíram com o levantamento dos valores.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para determinar a expedição do alvará solicitado e, por consequência, resolvo no mérito a questão, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas ante a ausência de litígio e a concessão da gratuidade.

Cumpra-se na forma e sob as penalidades da lei, expedindo-se o necessário.

Oportunamente, ao arquivo.

Intime-se.

São Carlos, 14 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**